

**Conhecendo os Territórios de Intervenção:  
Um olhar sobre a atuação do PCF no atendimento  
às gestantes e crianças indígenas**



**VOX SOCIAL**  
Formação Profissional, Consultoria & Assessoria





**Organização das Nações Unidas (ONU)**

**Fundo Conjunto para os ODS (Joint SDG Fund)**

**Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)**

**Ministério da Cidadania**

**Secretaria Especial de Desenvolvimento Social**

**Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância**

**Departamento de Atenção à Primeira Infância**

**AVox Social – Formação Profissional, Consultoria & Assessoria**  
Ana Cândida Aires Ribeiro – Sócia/Diretora Executiva  
Shirley Emmanuely Braga Carneiro – Sócia/Diretora de Comunicação

**Contrato: nº 10357/21**

**Produto:**

Conhecendo os Territórios de Intervenção: Um olhar sobre a atuação do PCF no atendimento às gestantes e crianças indígenas

**Coordenação Geral:** Patrícia Larrissa de Lima Oliveira

**Equipe Técnica:**

Gabrielle Tayanne Andrade Vasconcelos  
Mayara de Fátima Martins de Souza

**Equipe de Elaboração:**

Gabrielle Tayanne Andrade Vasconcelos  
Mayara de Fátima Martins de Souza  
Patrícia Larrissa de Lima Oliveira

**Projeto Gráfico da Capa:**

Shirley Emmanuely Braga Carneiro

**Imagens da Capa:**

Acervo cedido pela aldeia Nova Conquista -Taquara, Povo Tabajara do Conde – PB

**Fotografias:**

Shirley Emmanuely Braga Carneiro

**Revisão Técnica:**

Ana Cândida Aires Ribeiro



**Contatos AVox Social**

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Principais demandas apresentadas pelas famílias das crianças indígenas no âmbito da primeira infância no município.....	54
Gráfico 2 - Maiores situações de vulnerabilidade social ou violações de direitos no âmbito dos atendimentos realizados com gestantes e crianças indígenas no PCF no seu município.....	59
Gráfico 3 - Principais demandas apresentadas à gestão pelos visitantes oriundos das famílias das crianças indígenas no âmbito da primeira infância no município .....	62

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Situação do território e ambiental dos municípios em estudo.....	9
Tabela 2 - IDH dos municípios em estudo .....	11
Tabela 3 - População recenseada em 2010, população estimada em 2021 e densidade demográfica dos municípios em análise.....	12
Tabela 4 - Trabalho e Rendimento dos municípios em análise.....	14
Tabela 5 - Mortalidade Infantil nos municípios em análise .....	15
Tabela 6 - Secretarias de Assistência Social nos municípios em análise .....	17
Tabela 7 - Cenários dos CRAS nos municípios em análise .....	18
Tabela 8 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Ano de referência: 2019 .....	19
Tabela 9 - Equipe Volante. Ano de referência: 2019 .....	20
Tabela 10 - Manutenção da Lancha de Assistência Social. Ano de referência: 2019 ....	21
Tabela 11- Programa Acessuas Trabalho. Ano de referência: 2019 .....	22
Tabela 12- Cenário do Programa Criança Feliz. Ano de referência: 2019.....	25
Tabela 13 - Cenário do Programa Auxílio Brasil .....	27
Tabela 14 - Pessoas beneficiadas pelo BPC .....	29
Tabela 15 - CREAS/PAEFI, Abordagem Social e Medida Socioeducativa - Referência: março de 2019 .....	30
Tabela 16 - Centro Pop / Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua. Referência: novembro de 2015.....	32
Tabela 17 - Centro Dia / Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias - Referência: novembro de 2015 .....	33
Tabela 18 - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Referência: junho de 2018.....	34
Tabela 19 - Serviço de Acolhimento Outros Públicos e Criança/Adolescente - Referência: março de 2019 .....	37
Tabela 20 - Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias - Referência: outubro de 2015.....	38
Tabela 21- Serviço de Acolhimento - Residência Inclusiva para jovens e adultos com deficiência - Referência: outubro de 2015.....	38
Tabela 22 - Cenário da educação nos três municípios aqui analisados, segundo IBGE	39
Tabela 23 - Proporção de Matrículas em Creches e Pré-escolas (Públicas X Privadas)	40

---

Tabela 24 - Proporção de matrículas em centros de educação infantil com saneamento básico (Creches X Pré-escolas), nas zonas rurais e urbanas.....	40
Tabela 25 - Percentual de Docentes da educação infantil segundo sua formação acadêmica (Grupo 1 e 5) em Creches e Pré-Escolas .....	41
Tabela 26 - Taxas de docentes com formação continuada específica para atuação na educação infantil, em Creches e Pré-Escolas .....	42
Tabela 27 - Proporção de Cobertura Vacinal .....	43
Tabela 28 - Proporção de crianças com menos de cinco anos que apresentaram altura e peso menores e peso maior esperado para a idade .....	45
Tabela 29 - Proporção de Óbitos na infância e Mortalidade materna .....	46

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	7
2.	TERRITÓRIO E AMBIENTE .....	9
3.	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) .....	10
4.	POPULAÇÃO – CENSO DEMOGRÁFICO (IBGE).....	12
5.	TRABALHO E RENDIMENTO.....	14
6.	MORTALIDADE INFANTIL .....	15
7.	ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	16
7.1.	EQUIPAMENTO DA GESTÃO.....	16
7.2.	SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB) .....	18
7.3.	PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.....	23
7.4.	PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL.....	26
7.5.	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC).....	28
7.6.	Serviços da Proteção Social Especial (PSE).....	29
8.	EDUCAÇÃO .....	39
9.	SAÚDE.....	42
10.	SISTEMATIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	47
10.1.	GESTANTES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ .....	47
10.2.	MÃE, PAI OU CUIDADORES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ .....	50
10.3.	SUPERVISORES/VISITADORES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ .....	53
10.4.	GESTORAS (ES) MUNICIPAIS .....	60
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	64
	REFERÊNCIAS .....	67

## 1. INTRODUÇÃO

O conhecimento acerca do território onde ocorre a efetivação do Programa Criança Feliz é de extrema importância visto que, tal Programa não pode ser trabalhado a partir de leituras baseadas de forma superficial e pragmática da realidade local. O território deve ser visto para além de um espaço de vida, contradições e passividade, abandonando a ideia reducionista de um espaço geográfico de concentração de pobreza e violações de direitos. Reconhecer essa heterogeneidade permitirá vislumbrar os fatores determinantes de proteção e desproteção social para crianças e gestantes indígenas.

Neste produto constará um diagnóstico correspondente aos territórios de vivência dos municípios objeto da Oficina piloto (Pesqueira - PE, São Gabriel da Cachoeira - AM e Santarém - PA). Buscou-se romper o olhar seletivo sobre esses territórios passando a priorizar as diversidades geopolíticas, culturais, econômicas, sociais e regionais existentes, indispensáveis para o planejamento de novas possibilidades de intervenção do Programa Criança Feliz.

O presente estudo organiza-se da seguinte forma: num primeiro momento será construída a caracterização dos municípios selecionados, considerando o seu Território e Ambiente, os seus Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), população, Trabalho e Rendimento e Mortalidade Infantil. Destaca-se que tais características se baseiam no IBGE e outros bancos de dados oficiais, permitindo aos gestores e trabalhadores sociais conhecer um panorama geral e territorial de cada um dos três municípios aqui analisados. Num segundo momento serão mapeadas as políticas públicas existentes em cada um dos três municípios, com destaque para a política de Assistência Social, responsável nos territórios municipais pela operacionalização do Programa Criança Feliz. Por fim, será realizada a sistematização de entrevistas realizadas com os Gestores/as, Supervisores/as e Visitadores/as do PCF dos municípios já mencionados, bem como com gestantes e mãe, pai ou cuidadores/as que são usuárias/os do programa.

As entrevistas foram realizadas por meio de formulários eletrônicos, e as usuárias e trabalhadores/as foram contactadas por intermédio das gestões municipais. Apesar de terem sido encaminhados os formulários para os três municípios, o município

de São Gabriel da Cachoeira não conseguiu responder a tempo de incluirmos as respostas na sistematização desse documento.

É importante, todavia, registrar que as entrevistas aqui pontuadas, inicialmente representariam uma pesquisa com uma amostra calculada em meio a abrangência do PCF no território nacional, com validação científica da literatura estatística podendo seus resultados serem amplamente difundidos diante de sua representatividade quanto ao universo dos beneficiários indígenas do PCF e com comprovação aceitável na comunidade acadêmica.

Apesar de constituir uma rica contribuição para o aprimoramento do PCF, a pesquisa inicialmente proposta no Plano de Trabalho não foi realizada, devido ao curto tempo de vigência do contrato, tornando insuficiente para a coleta dos dados e sua análise. Contudo, a possibilidade acordada, entre os pares, foi uma aproximação com os municípios indicados por esta consultoria para a participação na oficina piloto. Através de formulários Google, foi possível realizar uma coleta com os/as usuários/as, gestores/as, visitantes/as e supervisores/as, no sentido de iluminar as análises de questões relevantes para o aprimoramento do Programa Criança Feliz. Dessa forma, as considerações aqui apontadas não podem ser consideradas como uma amostra científica, estatisticamente calculada, assumindo uma metodologia de análise meramente descritiva das respostas apresentadas.



## 2. TERRITÓRIO E AMBIENTE

Tabela 1 - Situação do território e ambiental dos municípios em estudo

MUNICÍPIOS	Área da unidade territorial/ 2020 (KM²)	Esgotamento sanitário adequado/2010 (%)	Arborização de vias públicas/2010 (%)	Urbanização de vias públicas/2010 (%)	Bioma [2019]	Região intermediária [2020]	Região imediata [2020]	Mesorregião [2020]	Microrregião [2020]
Pesqueira (PE)	980,876	60,8	64,1	2	Caatinga	Caruaru	Belo Jardim	Agreste Pernambucano	Vale do Ipojuca
Santarém (PA)	17.898,389	38,1	43,3	7,8	Amazônia	Santarém	Santarém	Baixo Amazonas	Santarém
São Gabriel da Cachoeira (AM)	109.181,245	11	56,2	5,8	Amazônia	Manaus	São Gabriel da Cachoeira	Norte Amazonense	Rio Negro

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE cidades e estados (2021)

Ao analisar a tabela supracitada, nota-se que o município de Pesqueira (PE) possui a menor área territorial com apenas 980,876Km<sup>2</sup>. A maior área encontra-se no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), com 109.181,245 Km<sup>2</sup>. Apesar de se localizarem em estados diferentes, os municípios de São Gabriel da Cachoeira (AM) e Santarém (PA) compartilham o mesmo Bioma (Amazônia). O município de Pesqueira (PE) encontra-se na região de caruaru, estado de Pernambuco, apresentando características bem divergentes dos demais, como o bioma marcado pela caatinga, vegetação seca decorrente da ausência de água e altas temperaturas.

Em se tratando da cobertura de Esgotamento Sanitário, o IBGE (2010) demonstra que o município de Pesqueira (PE) possui maior cobertura se comparado com os demais municípios. São Gabriel da Cachoeira (AM) ocupa o último lugar no ranking possuindo uma incipiente cobertura de esgotamento sanitário correspondente a 11%.

A urbanização e a arborização das vias públicas são indicadores apresentados pelo IBGE (2010) para classificar os municípios brasileiros quanto as suas características urbanísticas. A urbanização das vias públicas refere-se à situação de iluminação pública, pavimentação, identificação de logradouros, vias de acessibilidade dentre outros. Santarém (PA) e São Gabriel da Cachoeira (AM) apresentam uma melhor situação em relação as vias públicas urbanizadas.

Cidades com vias arborizadas acabam sendo beneficiadas com diminuição de temperaturas, com a presença de sombras, ar mais puro, diminuição da poluição sonora, diminuição do impacto das chuvas, além do fator estético e paisagístico. Segundo o IBGE (2010), os municípios do norte do País, aqui, diagnosticados possuem os menores índices de arborização se comparado com o município de Pesqueira (PE) que possui 64,1% de suas vias públicas arborizadas.

Destaca-se que, segundo o IBGE (2010), São Gabriel da Cachoeira é a cidade com a maior população indígena do país, com 76% da população reconhecidamente identificada como indígena. Já o município de Pesqueira (PE), segundo o mesmo censo, possui a maior população indígena do Nordeste e a terceira maior do Brasil, concentrando em seu território mais de 20 aldeias.

### 3. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)** representa um valor entre 0,000 e 1,000, significando que quanto mais próximo o IDHM for de 1.000, maior será o desenvolvimento e a qualidade de vida no município que está sendo analisado.

O IDHM é composto pela análise de três indicadores do desenvolvimento humano, sendo eles: educação, longevidade e renda. A vantagem desse índice em relação ao IDH padrão é que existe uma adequação da metodologia utilizada para o contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores municipais.

Tabela 2 - IDH dos municípios em estudo

MUNICÍPIOS	IDH RENDA (2010)	IDH LONGEVIDADE (2010)	IDH EDUCAÇÃO (2010)	IDH MÉDIA (2010)
<b>Estado do Amazonas</b>	0,677	0,805	0,561	0,674
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	0,610	0,777	0,476	0,609
<b>Estado de Pernambuco</b>	0,673	0,789	0,574	0,673
<b>Pesqueira (PE)</b>	0,597	0,751	0,506	0,610
<b>Estado do Pará</b>	0,646	0,789	0,528	0,646
<b>Santarém (PA)</b>	0,632	0,807	0,648	0,691

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP (2020)

De acordo com a tabela supracitada, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) dos três municípios estão abaixo das médias dos seus estados. São Gabriel da Cachoeira (AM) é o único município que apresenta IDH baixo, diferentemente de Santarém (PA) e Pesqueira (PE) que possuem IDH Médio.



#### 4. POPULAÇÃO – CENSO DEMOGRÁFICO (IBGE)

Tabela 3 - População recenseada em 2010, população estimada em 2021 e densidade demográfica dos municípios em análise

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (CENSO 2010)	POPULAÇÃO ESTIMADA (2021)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2010) - (HAB./KM <sup>2</sup> )
<b>Estado do Amazonas</b>	3.483.985 pessoas	8.777.124 pessoas	2,23
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	37.896 pessoas	47.031 pessoas	0,35
<b>Estado de Pernambuco</b>	8.796.448 pessoas	9.674.793 pessoas	89,63
<b>Pesqueira (PE)</b>	62.931 pessoas	68.067 pessoas	63,21
<b>Estado do Pará</b>	7.581.051 pessoas	8.777.124 pessoas	6,07
<b>Santarém (PA)</b>	294.580 pessoas	308.339 pessoas	12,87

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico (IBGE, 2011), Estimativa da População (IBGE, 2020) e Área Territorial Brasileira (IBGE, 2020)

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE realizado em 2010, entre os municípios supracitados, a menor população encontra-se no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), com 37.896 pessoas, seguido de Pesqueira (PE), com 62.931 pessoas. Acima de 200.000 habitantes encontra-se apenas o município de Santarém (PA), 294.580 pessoas.

O IBGE publicou, em agosto de 2021, um censo estimativo. De acordo com esse censo, todos os municípios apresentaram um crescimento populacional. O maior crescimento populacional ocorreu no município de Santarém (PA) com 13.759 habitantes a mais.

A densidade demográfica corresponde à distribuição da população em uma determinada área ou local. Referenciando esse indicador, o município de São Gabriel da Cachoeira (AM) possui a menor densidade demográfica, ao contrário de Pesqueira (PE) que apresenta a maior taxa de densidade demográfica dentre os três aqui analisados.

## 5. TRABALHO E RENDIMENTO

Tabela 4 - Trabalho e Rendimento dos municípios em análise

MUNICÍPIOS	SALÁRIO MÉDIO MENSAL/2019 (salários mínimos)	PESSOAL OCUPADO/2019 (Pessoas)	POPULAÇÃO OCUPADA/2019 (%)
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	1,9	2.381	5,2
<b>Pesqueira (PE)</b>	1,5	6.310	9,4
<b>Santarém (PA)</b>	2,2	46.243	15,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE cidades (2022)

No critério de renda, baseando-se no salário mínimo divulgado pelo IBGE, em 2019, o salário médio mensal dos municípios de São Gabriel da Cachoeira (AM) e Pesqueira (PE) correspondem a 1,9 e 1,5 salário mínimo. O maior valor, de acordo com o IBGE está no município Santarém (PA) com 2,2 salários mínimos que apresenta também o maior número de pessoas ocupadas, de acordo com o censo do IBGE (2019).



## 6. MORTALIDADE INFANTIL

Tabela 5 - Mortalidade Infantil nos municípios em análise

MUNICÍPIOS	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL/2019 (óbitos por mil nascidos vivos)	Internações por diarreia [2016] - Internações por mil habitantes	Estabelecimentos de Saúde SUS/2009 (estabelecimentos)
<b>Estado do Amazonas</b>	15,99	-	1.010
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	20,19	0,3	24
<b>Estado de Pernambuco</b>	12,25	-	4.149
<b>Pesqueira (PE)</b>	13,96	5,6	38
<b>Estado do Pará</b>	15,14	-	2.742
<b>Santarém (PA)</b>	18,32	0,8	100

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE cidades (2022)

A taxa de mortalidade infantil expressa a quantidade de óbitos de crianças inferior a 1 ano de idade a cada mil crianças nascidas vivas e pode representar um indicador da qualidade dos serviços de saúde e saneamento básico de um local.

A maior taxa de mortalidade infantil, dentre os três municípios aqui em análise, encontra-se em São Gabriel da Cachoeira (AM) com 20,19 óbitos por mil nascidos vivos, seguidos por Santarém (PA), 18,32, e Pesqueira (PE) com 13,96 óbitos por mil nascidos vivos. Quanto à quantidade de estabelecimentos de saúde, em 2009, São Gabriel da Cachoeira (AM) apresenta 24 estabelecimentos de saúde no seu território. A maior quantidade encontra-se no município de Santarém (PA) com 100 estabelecimentos, conforme o IBGE (2021).

## **7. ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A Rede pública que oferta os serviços, programas, projetos e benefícios na Política de Assistência Social é composta por unidades públicas dispostas territorialmente para garantir o acesso aos seus usuários em um município.

A proteção por meio da Política de Assistência Social para com a infância e a adolescência decorre da Constituição Federal de 1988 que, no seu art. 227, estabelece a responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade.

### **7.1. EQUIPAMENTO DA GESTÃO**

As Secretarias Municipais de Assistência Social, no âmbito do SUAS, são responsáveis pelo atendimento e garantia de serviços voltados para a Primeira Infância, especificamente, pela operacionalização do Programa Criança Feliz no território.

Na tabela a seguir, constam dados referentes ao órgão gestor da Política de Assistência Social nos três municípios aqui analisados:



Tabela 6 - Secretarias de Assistência Social nos municípios em análise

MUNICÍPIOS	GESTOR (A) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	TELEFONE	E-MAIL
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	Euziane Priscilla de Souza Costa	(97) 34711221	semasjacilenesgc12@gmail.com
<b>Pesqueira (PE)</b>	Samuel de Carvalho Soares	(87) 38351934	sascpesqueira@hotmail.com
<b>Santarém (PA)</b>	Celsa Maria Gomes de Brito Silva	(93) 21015130	semtras@yahoo.com.br

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022). Referência: 08/01/2022

A Proteção Social Básica realiza serviços, programas e projetos de prevenção de risco e assistência básica para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social. O objetivo desse nível de proteção é promover a melhoria da qualidade de vida da população, com ações focadas no atendimento às necessidades básicas.



## 7.2. SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB)

A seguir, apresentaremos indicadores referentes aos serviços que compõem a Proteção Social Básica (PSB) dos municípios de Pesqueira (PE), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Santarém (PA).

Tabela 7 - Cenários dos CRAS nos municípios em análise

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE CRAS COFINANCIADOS	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DE REFERÊNCIA (Famílias ano/NOBSUAS)	FAMÍLIAS REFERENCIADAS (ano/NOBSUAS)	VALOR DE REFERÊNCIA/MÊS	PREVISÃO DE REPASSE ANUAL	QUANTIDADE DE CRAS IMPLANTADOS (ATIVOS NO CADSUAS)
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	1	700	3.500	R\$ 8.400,00	R\$ 100.800,00	1
<b>Pesqueira (PE)</b>	2	2.000	10.000	R\$ 24.000,00	R\$ 288.000,00	2
<b>Santarém (PA)</b>	8	8.000	40.000	R\$ 96.000,00	R\$ 1.152.000,00	8

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022). Referência: 07/11/2021

Como demonstrado na tabela supracitada, o município de Santarém (PA) apresenta o maior número de CRAS com 8 unidades distribuídas em seu território. Essa quantidade justifica-se pelo porte populacional superior aos dos municípios de São Gabriel da Cachoeira (AM) e Pesqueira (PE) que contam com um e dois CRAS, respectivamente.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) compreende um conjunto de serviços realizados em grupos, divididos em faixa etária de acordo com o seu ciclo de vida que busca complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Além disso, o SCFV fortalece as relações familiares e comunitárias, promovendo a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva.

Tabela 8 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Ano de referência: 2019

MUNICÍPIOS	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DE REFERÊNCIA	META DE INCLUSÃO DO PÚBLICO PRIORITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA DO TRIMESTRE	VALOR DE REFERÊNCIA DO ANO	USUÁRIOS REGISTRADOS NO SISC	USUÁRIOS REGISTRADOS NO SISC EM SITUAÇÕES PRIORITÁRIAS
São Gabriel da Cachoeira (AM)	530	265	R\$ 79.500,00	R\$ 318.000,00	382	113
Pesqueira (PE)	650	325	R\$ 97.500,00	R\$ 390.000,00	907	241
Santarém (PA)	2.000	1.000	R\$ 300.000,00	R\$ 1.200.000,00	2.011	1.266

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022)

Os três municípios divergem em relação à capacidade de atendimento de referência do SCFV. O município de São Gabriel da Cachoeira (AM) não alcançou a sua capacidade de atendimento ao público em geral e prioritário. Já o município de Pesqueira não cumpriu com o número de usuários registrados no Serviço de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) em situações prioritárias.

Faz-se necessário destacar que ambos os municípios apresentam as maiores concentrações de população indígena do país, público este prioritário para o SCFV. O município de Santarém ultrapassou as metas de capacidade de atendimento e de inclusão do público prioritário no SCFV.

Tabela 9 - Equipe Volante. Ano de referência: 2019

MUNICÍPIOS	Quantidade de Equipes Volantes cofinanciadas	Valor de referência do mês	Previsão de repasse anual	Quantidade real de Equipes Volantes cofinanciadas (dezembro de 2019)	Valor real do mês (dezembro de 2019)
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	1	R\$ 4.500,00	R\$ 54.000,00		R\$ 4.500,00
<b>Pesqueira (PE)</b>	-	-	-	-	-
<b>Santarém (PA)</b>	2	R\$ 9.000,00	R\$ 108.000,00	2	R\$ 9.000,00

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022)

Integrante da equipe do CRAS, a equipe volante objetiva prestar serviços de assistência social às famílias que residem em locais de difícil acesso, como assentamentos, áreas rurais, comunidades indígenas e quilombolas, dentre outros. Apenas o município de Pesqueira (PE) não conta com esse tipo de serviço do SUAS. São Gabriel da Cachoeira (AM) e Santarém (PA) contam com uma e duas equipes volantes, respectivamente.

Tabela 10 - Manutenção da Lancha de Assistência Social. Ano de referência: 2019

MUNICÍPIOS	Quantidade de Lancha de Assistência Social	Valor de referência do mês	Previsão de repasse anual	Situação atual de pagamento (outubro de 2019)	Valor real do mês (outubro de 2019)
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	0	-	-	SUSPENSO Não comprovou ter realizado a transferência da propriedade da Lancha. /// Não apresentou condutor habilitado	-
<b>Pesqueira (PE)</b>	-	-	-	-	-
<b>Santarém (PA)</b>	1	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00	LIBERADO	R\$ 7.000,00

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022)

O serviço da Lancha no SUAS é utilizado no transporte das equipes volantes e dos materiais necessários para a garantia no atendimento às famílias em situação de extrema pobreza, de vulnerabilidade e/ou risco social que residem em locais geograficamente isolados e cujo acesso se dá, exclusivamente, por meio de embarcações. Apesar de ser elegível a prestar esse tipo de serviço, o Município de São Gabriel da Cachoeira (AM) teve seu cofinanciamento federal suspenso por não apresentar um condutor habilitado para tal função.

Tabela 11- Programa Acessuas Trabalho. Ano de referência: 2019

MUNICÍPIOS	Acumulado de Vagas	Valor total Correspondente
São Gabriel da Cachoeira (AM)	500	R\$ 100.000,00
Pesqueira (PE)	500	R\$ 100.000,00
Santarém (PA)	1.000	R\$ 200.000,00

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022)

Conforme tabela supracitada, os três municípios habilitaram-se no Programa Acessuas Trabalho. Tal programa propicia a oferta de ações e cursos de capacitação e qualificação profissional as pessoas em situação de vulnerabilidade social existentes no território e referenciados pelos serviços do SUAS.



### 7.3. PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

No ano de 2016, por meio do Decreto N° 8.869, foi instituído, em caráter intersetorial, o Programa Criança Feliz (PCF). Disposto pelo Decreto 9.579, de 22 de novembro de 2018, o PCF tem a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, em consonância com o disposto no Marco Legal da Primeira Infância (Lei n° 13.257, de 8 de março de 2016).

O PCF surge com a perspectiva de potencializar as ações voltadas à primeira infância já realizadas pela Política de Assistência Social, através do SUAS. Utiliza de ferramentas capazes de estimular o brincar ao contribuir com o fortalecimento dos vínculos familiares.

Em consonância com o que dispõe o Decreto N° 8.869/2016, o PCF tem como público-alvo gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco sociais: I – Gestantes, crianças de até 36 (trinta e seis) meses e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

II – Crianças de até 72 (setenta e dois meses) e suas famílias beneficiárias do benefício de Prestação Continuada; e

III – Crianças de até 72 (setenta e dois) meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias.

As visitas domiciliares do PCF devem seguir o seguinte direcionamento:

<b>FAMÍLIAS</b>	<b>FREQUÊNCIA DAS VISITAS</b>
Gestantes	Mensal
Crianças de zero até 24 meses (PBF e BPC)	Semanal
Famílias com crianças de 24 meses até 36 meses (PBF)	Quinzenal
Crianças de 24 meses a 72 meses incompletos (BPC)	Semanal ou quinzenal

O Ministério da Cidadania recomenda que as visitas domiciliares do PCF devem ser articuladas ao PAIF e ao Plano de Acompanhamento Familiar, ofertados pelo CRAS. Na tabela a seguir, tem-se o cenário do PCF, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria Nacional da Primeira Infância (SNPI), do Ministério da Cidadania, referente aos três municípios em análise.

Tabela 12- Cenário do Programa Criança Feliz. Ano de referência: 2019

<b>CENÁRIO DO PROGRAMA DE PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS (CRIANÇA FELIZ).</b>	<b>Pesqueira (PE)</b>	<b>Santarém (PA)</b>	<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>
<b>Código IBGE</b>	2610905	1506807	1303809
<b>Status Adesão Inicial</b>	Aderido	Aderido	Aderido
<b>Data da Adesão</b>	22/12/2016	28/06/2018	25/04/2018
<b>Quantidade Mensal de Vagas Aceitas</b>	200	800	100
<b>Adesão a Expansão</b>	Sim	Não	Sim
<b>Data da Adesão a Expansão</b>	30/10/2018	Não	30/01/2020
<b>Fase de Execução Portaria Nº 2.496/2018</b>	Execução Fase II	Execução Fase II	Execução Fase II
<b>Metas pactuadas na Expansão</b>	200	0	200
<b>Meta reduzida ou cancelada</b>	0	0	0
<b>Quantidade de metas do município</b>	400	800	300

Fonte: Ministério da Cidadania (MC)/Secretaria Nacional da Primeira Infância (SNPI), 2021.

Nota-se que o município de Pesqueira (PE) aderiu inicialmente ao programa em 2016 e aderiu a expansão do PCF em 2018 ampliando sua oferta para 400 vagas. O município de Santarém (PA) aderiu ao programa em 2018 e não aderiu a expansão do PCF mantendo a oferta de 800 vagas. São Gabriel da Cachoeira (AM) aderiu inicialmente ao programa em 2018 e aderiu a expansão do PCF em 2020 ampliando sua oferta para 300 vagas.

#### **7.4. PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL**

Na Política de Assistência Social podemos destacar alguns benefícios socioassistenciais que são transferidos diretamente para os usuários, em forma de transferência de renda: o Programa Auxílio Brasil, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e mais recentemente Auxílio Emergencial transferido em virtude da pandemia da Covid-19.

Em relação ao Programa Auxílio Brasil, com base nos dados do CadÚnico retirados nos Relatórios de informações sociais da SAGI, no mês de setembro de 2021, os três municípios em análise possuem o seguinte cenário:



Tabela 13 - Cenário do Programa Auxílio Brasil

MUNICÍPIO	CADASTRO ÚNICO (NOVEMBRO/2021)				AUXÍLIO BRASIL - TOTAL DE BENEFÍCIOS (DEZEMBRO/2021)					POPULAÇÃO ESTIMADA (IBGE, 2021)
	PESSOAS CADASTRADAS	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA	PESSOAS DE BAIXA RENDA	TOTAL DE BENEFÍCIOS					
					FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	PRIMEIRA INFÂNCIA	COMPOSIÇÃO FAMILIAR	SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA	COMPENSATÓRIO TRANSITÓRIO	
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	31.538	25.899	2.239	2.593	6.228	1.261	14.470	5.509	1.286	47.031
<b>Pesqueira (PE)</b>	47.115	38.003	1.077	5.023	13.849	1.624	13.655	13.135	4.073	68.067
<b>Santarém (PA)</b>	209.424	89.652	42.474	50.771	30.252	3.705	60.384	14.540	13.754	308.339

Fonte: Ministério da Cidadania, folha de pagamento (outubro/2021)



Os dados da tabela supracitada demonstram que em média mais de 65% da população de cada um dos três municípios citados estão cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO): Em São Gabriel da Cachoeira (AM), município com menor número de habitantes entre os três, 67% encontram-se cadastrados no CADÚNICO. 69% dos habitantes de Pesqueira (PE) estão no CADÚNICO e, por fim, Santarém (PA), município com maior população, tem 67% de sua população cadastrada no CADÚNICO.

Em relação à situação socioeconômica das pessoas cadastradas, em São Gabriel da Cachoeira (AM) e Pesqueira (PE), 80% encontram-se na linha de extrema pobreza. O município de Santarém (PA) é o que apresenta a menor percentagem de pessoas extremamente pobres dentre os três, com 42%.

No que tange ao Programa Auxílio Brasil, observa-se que o número de famílias beneficiadas e a quantidade de benefícios são proporcionais aos portes populacionais de cada um dos municípios. Em relação aos tipos de benefícios, o voltado para a Primeira Infância é o que apresenta a menor dimensão se comparado com demais tipos de benefícios concedidos pelo programa.

### **7.5. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)**

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício assegurado na Constituição brasileira de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) no valor de um salário-mínimo e é destinado a pessoas idosas e pessoas com deficiência com renda de até ¼ de salário-mínimo per capita.

Tabela 14 - Pessoas beneficiadas pelo BPC

MUNICÍPIO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DO BPC INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO NOVEMBRO/2021	PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIOS DO BPC INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO NOVEMBRO/2021	BPC PESSOA IDOSA	BPC PESSOA COM DEFICIÊNCIA	TOTAL
São Gabriel da Cachoeira (AM)	591	92%	142	499	641
Pesqueira (PE)	2.057	97%	489	1.610	2.099
Santarém (PA)	9.597	90%	5.088	5.492	10.580

Fonte: Ministério da Cidadania, folha de pagamento (Referente aos meses de jan/2021, fev/2021, mar/2021, abr/2021, mai/2021, jun/2021, jul/2021, ago/2021, set/2021, out/2021 e nov/2021)

Dos municípios acima citados, São Gabriel da Cachoeira (AM) concentra o menor número de beneficiários do BPC dentre os três municípios. A maior quantidade encontra-se no município de Santarém (PA). Destaca-se que em média mais de 75% dos beneficiários em São Gabriel da Cachoeira (AM) e Pesqueira (PE) recebem o BPC para pessoas com deficiência e 25% são beneficiários com o BPC para pessoa idosa. Essa diferença só se reduz no município de Santarém (PA) que apresenta um equilíbrio entre o percentual de benefícios para pessoas idosas e com deficiência, de aproximadamente 50%.

### 7.6. Serviços da Proteção Social Especial (PSE)

O Censo SUAS (2019) aponta para a existência de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) implantados e ativos no CadSUAS nos três municípios, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 15 - CREAS/PAEFI, Abordagem Social e Medida Socioeducativa - Referência: março de 2019

MUNICÍPIOS	PAEFI				Abordagem social			Medida Socioeducativa		
	Quantidade de CREAS cofinanciados	Capacidade de atendimento referenciado	Quantidade de CREAS implantados (ativos no CadSUAS)	Situação atual de pagamento	Número de equipes cofinanciadas	Valor do mês de referência	Situação atual de pagamento	Capacidade de atendimento	Valor do mês de referência	Situação atual de pagamento
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	1	50	1	Em pagamento	0	0	R\$ 0,00	0 grupo(s), totalizando 0 adolescentes	R\$ 0,00	Sem informação
<b>Pesqueira (PE)</b>	1	50	1	Em pagamento	0	0	R\$ 0,00	1 grupo(s), totalizando 20 adolescentes	R\$ 2.200,00	Em pagamento
<b>Santarém (PA)</b>	1	80	1	Em pagamento	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	2 grupos(s), totalizando 40 adolescentes	R\$ 4.400,00	Em pagamento

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022)

O Serviço de Abordagem Social tem como objetivo realizar busca ativa e abordagem social nos territórios que existem situações de trabalho infantil e rua, exploração sexual de crianças e adolescentes, dentre outras. Apenas o município de Santarém (PA) conta com um cofinanciamento federal para execução desse tipo de serviço.

O Serviço de Medida Socioeducativa deve acompanhar e prover atenção socioassistencial a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Quanto a esse serviço específico, apenas o município de São Gabriel da Cachoeira (AM) não recebe cofinanciamento do governo federal.

Obedecendo a Lei Nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005 que altera a Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 no qual acrescenta o serviço de atendimento para pessoas que vivem em situação de rua, é criado o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

O Centro POP tem no Serviço Especializado para a População em Situação de Rua, o seu principal serviço. Além deste serviço, e conforme avaliação e planejamento do órgão gestor local, o referido centro poderá também ofertar o Serviço Especializado em Abordagem Social desde que não cause prejuízo ao seu principal serviço.

O Centro POP deve constituir-se em um espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito às pessoas em Situação de Rua, proporcionando vivências capazes de alcançar a autonomia, a organização, a mobilização e a participação social.

Tabela 16 - Centro Pop / Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua. Referência: novembro de 2015

MUNICÍPIOS	Quantidade de Centro(s) Pop cofinanciado (s)	Capacidade de atendimento referenciada	Capacidade de atendimento real	Valor do mês de referência	Valor real do mês	Quantidade de Centro(s) Pop implantado(s) (ativos no CadSUAS)
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
<b>Pesqueira (PE)</b>	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
<b>Santarém (PA)</b>	1	100	100	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	1

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022)



Na tabela supracitada, apenas o município de Santarém (PA) conta com uma unidade de Centro Pop cuja capacidade de atendimento é de 100 pessoas.

O Centro-Dia constitui uma unidade pública voltada ao atendimento especializado a pessoas com deficiência e pessoas idosas que têm algum grau de dependência de cuidados. Esse tipo de cuidado motiva-se para o evitar o abandono e isolamento social, prevenindo para a necessidade de acolhimento institucional. Os três municípios aqui analisados, segundo dados da SAGI, não contam com esse tipo de serviço.

Tabela 17 - Centro Dia / Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias - Referência: novembro de 2015

MUNICÍPIOS	Quantidade de Centro(s) Dia cofinanciado(s)	Capacidade de atendimento referenciada	Capacidade de atendimento real	Valor do mês de referência	Valor real do mês	Quantidade de Centro(s) Dia implantado(s)
São Gabriel da Cachoeira (AM)	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
Pesqueira (PE)	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
Santarém (PA)	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022)

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) tem como objetivo afastar crianças e adolescentes, menores de 16 anos, da

situação de trabalho e exploração infantil. Esse enfrentamento se dá através de ações voltadas à inclusão escolar e promoção de atividades socioeducativas. Nota-se na tabela abaixo que os três municípios recebem cofinanciamento federal para executar ações de enfrentamento a essa realidade.

Tabela 18 - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Referência: junho de 2018

MUNICÍPIOS	Valor mensal de repasse	Situação de pagamento
São Gabriel da Cachoeira (AM)	R\$ 4.200,00	Em pagamento
Pesqueira (PE)	R\$ 6.000,00	Em pagamento
Santarém (PA)	R\$ 8.300,00	Em pagamento

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022)

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a PSE/AC divide-se em 4 serviços: Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergência.

O primeiro [Serviço de Acolhimento Institucional] divide-se nas seguintes modalidades: Abrigo Institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem e Residência Inclusiva. Esses serviços devem destinar-se a: crianças e adolescentes; adultos e famílias; mulheres em situação de

violência; jovens e adultos com deficiência e idosos, devendo funcionar 24 horas por dia, ininterruptamente.

Para cada serviço existe público específico a ser atendido:

SERVIÇO DE ALTA COMPLEXIDADE	PÚBLICO-ALVO
<b>Casa-Lar</b>	- Crianças e Adolescentes; - Idosos.
<b>Abrigo Institucional</b>	- Crianças e Adolescentes; - Adultos e Famílias; - Mulheres em situação de violência; - Idosos (Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI).
<b>Casa de Passagem</b>	- Adultos e Famílias.
<b>Residências Inclusivas</b>	- Jovens e Adultos com deficiência.

Fonte: MDS/Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009)

Tais serviços podem ser oferecidos pelos municípios e pelos Estados, através de serviços de acolhimento regionalizados, seguindo os mesmos preceitos estabelecidos para a Média Complexidade com os CREAS Regionais.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora tem como atribuição “selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem” (MDS, 2009:41). As crianças e adolescentes são encaminhadas para tal serviço após serem afastadas da família por medida de proteção, devendo a sua equipe técnica atuar com o objetivo de preservar os vínculos destes com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário.

O Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergência “promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas” (MDS, 2009:43). Esse serviço funciona em regime de plantão composta por equipe de prontidão para ser acionada a qualquer horário e dia da semana.

Todos os serviços supracitados devem garantir, segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, as seguintes seguranças:

- **Segurança de Acolhida:** O gestor público deve oferecer serviços e espaços adequados para o acolhimento de pessoas em situação de risco social, familiar e comunitário, durante curto, médio e longo prazo garantindo a estes cidadãos ações de recepção, escuta qualificada e informação. Estas devem estar localizadas em territórios de incidência de situações de risco e vulnerabilidade social.
- **Segurança Social de Renda:** Complementar a política de emprego e renda mediante a concessão de benefícios continuados aos cidadãos excluídos do sistema contributivo de proteção social que apresentam incapacidade para o trabalho.
- **Segurança de Convívio:** se efetiva por meio de trabalho socioeducativo e serviços continuados que garantam o fortalecimento de familiar e comunitário sendo capaz de ampliar as formas de participação social e o exercício de cidadania. Visa romper com a polaridade individual/coletivo ao reconhecer pautas comuns e a luta em torno de direitos coletivos.
- **Segurança de desenvolvimento da autonomia:** foca em ações profissionais capazes de desenvolver habilidades e capacidades dos indivíduos e grupos populacionais incentivando o seu protagonismo social e político.

- Segurança de benefícios materiais ou em pecúnia: garantia de acesso a benefícios eventuais, em caráter provisório, para indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidades sociais decorrentes de uma calamidade pública ou de emergência.

A seguir, apresenta-se o cenário de cobertura da Proteção Social Especial de Alta Complexidade nos municípios de São Gabriel da Cachoeira (AM), Pesqueira (PE) e Santarém (PA).

Tabela 19 - Serviço de Acolhimento Outros Públicos e Criança/Adolescente - Referência: março de 2019

MUNICÍPIOS	Outros públicos (mulheres/idosos)					Crianças e adolescentes				
	Total de vagas cofinanciadas	Valor de referência do mês	Atendimento real	Quantidade de vagas com recurso bloqueado/suspensão	Situação	Total de vagas cofinanciadas	Valor de referência do mês	Atendimento real	Quantidade de vagas com recurso bloqueado/suspensão	Situação
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	0	R\$ 0,00	0	0	-	0	R\$ 0,00	0	0	-
<b>Pesqueira (PE)</b>	0	R\$ 0,00	0	0	-	10	R\$ 5.000,00	10	0	Em pagamento
<b>Santarém (PA)</b>	100	R\$ 9.000,00	100	0	Em pagamento	20	R\$ 10.000,00	20	0	Em pagamento

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022)



Tabela 20 - Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias - Referência: outubro de 2015

MUNICÍPIOS	Total de vagas cofinanciadas	Atendimento real	Valor de referência do mês	Valor real do mês	Quantidade de vagas com recurso bloqueado/suspensão	Situação atual de pagamento
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	-
<b>Pesqueira (PE)</b>	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	-
<b>Santarém (PA)</b>	50	50	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	0	Em pagamento

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022)

Tabela 21- Serviço de Acolhimento - Residência Inclusiva para jovens e adultos com deficiência - Referência: outubro de 2015

MUNICÍPIOS	Quantidade de Residências Inclusivas cofinanciadas	Total de vagas cofinanciadas	Capacidade de atendimento real	Valor de referência do mês	Valor real do mês	Quantidade de vagas com recurso bloqueado/suspensão	Situação atual de pagamento
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	-	-
<b>Pesqueira (PE)</b>	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	-	-
<b>Santarém (PA)</b>	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	-	-

Fonte: Ministério da Cidadania/ RI Social (2022)

## 8. EDUCAÇÃO

Na tabela abaixo, têm-se o cenário da educação nos três municípios aqui analisados a partir dos dados divulgados pelo IBGE:

Tabela 22 - Cenário da educação nos três municípios aqui analisados, segundo IBGE

MUNICÍPIOS	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade/2010 (%)	IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	IDEB – Anos finais do ensino fundamental I (Rede pública) [2019]	Matrículas no ensino fundamental [2020]	Matrículas no ensino médio [2020]	Docentes no ensino fundamental [2020]	Docentes no ensino médio [2020]	Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2020]	Número de estabelecimentos de ensino médio [2020]
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	89,4 %	4,6	3,7	11.664	2.507	761	213	222	15
<b>Pesqueira (PE)</b>	97,4 %	5,6	4,8	9.510	2.576	554	190	92	10
<b>Santarém (PA)</b>	97,3 %	5,5	4,6	60.579	17.900	2.726	817	426	43

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE cidades (2021)

Em se tratando da Primeira Infância, a Política Nacional de Educação (PNE), recomenda que crianças de zero a três anos devem frequentar a creche e, as de quatro e cinco anos devem matricular-se na pré-escola.

Tabela 23 - Proporção de Matrículas em Creches e Pré-escolas (Públicas X Privadas)

TERRITORIALIDADES	MATRÍCULAS CRECHES			MATRÍCULAS PRÉ-ESCOLAS		
	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	281	69	350	2.133	135	2.268
<b>Pesqueira (PE)</b>	1.073	217	1.290	1.421	372	1.793
<b>Santarém (PA)</b>	2.858	816	3.674	9.775	1.897	11.672

Fonte: Observa (2022)

Dados da plataforma OBSERVA (2022) informam que, os três municípios em análise apresentam instituições de ensino como creches e pré-escolas.

Tabela 24 - Proporção de matrículas em centros de educação infantil com saneamento básico (Creches X Pré-escolas), nas zonas rurais e urbanas

TERRITORIALIDADES	MATRÍCULAS CRECHES - centros de educação infantil com saneamento básico		MATRÍCULAS PRÉ-ESCOLA - centros de educação infantil com saneamento básico	
	URBANA (%)	RURAL (%)	URBANA (%)	RURAL (%)
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	N/A	N/A	80,9%	0%
<b>Pesqueira (PE)</b>	49,1%	7%	55,1%	11,5%
<b>Santarém (PA)</b>	2,6%	100%	8,2%	33%

Fonte: Observa (2021)

De acordo com a tabela supracitada, 100% de matrículas em creches com saneamento básico em Santarém (PA) estão localizadas em áreas rurais, realidade bem diferente no município de São Gabriel da Cachoeira (AM) em que 80,9% das matrículas em pré-escolas em centros de

educação infantil com saneamento básico concentram-se na área urbana.

A **classificação dos docentes em exercício considerando a sua formação acadêmica** está assim configurada: Grupo 1, conta com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina juntamente com curso de complementação pedagógica concluído; Grupo 5 não possui curso superior completo.

Tabela 25 - Percentual de Docentes da educação infantil segundo sua formação acadêmica (Grupo 1 e 5) em Creches e Pré-Escolas

TERRITORIALIDADES	DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA - GRUPO 1		DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA - GRUPO 5	
	Creches (%)	Pré-escolas (%)	Creches (%)	Pré-escolas (%)
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	40,7%	68,6%	33,4%	16%
<b>Pesqueira (PE)</b>	23,8%	36,2%	40,9%	30,5%
<b>Santarém (PA)</b>	46,4%	49,1%	33,8%	27,9%

Fonte: Observa (2022)

Conforme demonstra a Tabela acima, o maior percentual de docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina, juntamente, com curso de complementação pedagógica concluído estão na Pré-escolas. Em relação aos percentuais de docentes que não possuem curso superior completo, inseridos no grupo 5, o maior percentual, leciona nas creches. Esse cenário é comum nos três

municípios aqui analisados.

Em se tratando da **taxa de docentes das creches com formação continuada específica para atuação na educação infantil**, apenas o município de São Gabriel da Cachoeira (AM) concentra esse perfil profissional nas creches públicas, não havendo registro na rede privada não conveniada.

Tabela 26 - Taxas de docentes com formação continuada específica para atuação na educação infantil, em Creches e Pré-Escolas

TERRITORIALIDADES	TAXAS DE DOCENTES COM FORMAÇÃO CONTINUADA ESPECÍFICA PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES		TAXAS DE DOCENTES COM FORMAÇÃO CONTINUADA ESPECÍFICA PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS	
	Rede Pública (%)	Rede Privada Não Conveniada (%)	Rede Pública (%)	Rede Privada Não Conveniada (%)
São Gabriel da Cachoeira (AM)	36,8	0	37,8	42,9
Pesqueira (PE)	1,4	5,3	5,8	16
Santarém (PA)	13	15	11,6	10,7

Fonte: Observa (2022)

Na tabela acima, a presença de docentes com formação continuada específica para atuação na educação infantil, nas pré-escolas da Rede Privada Não Conveniada, é maior nos municípios de São Gabriel da Cachoeira (AM) e Pesqueira (PE).

## 9. SAÚDE

No estudo

abaixo, considerando

dados da plataforma OBSERVA (2021), serão apresentados os seguintes indicadores quanto à proporção da cobertura vacinal para a primeira infância nos três municípios aqui analisados:

Tabela 27 - Proporção de Cobertura Vacinal

TERRITORIALIDADES	COBERTURA VACINAL			
	BCG	PENTA	PRIMEIRA DOSE DA TRÍPLICE	HEPATITE B EM CRIANÇAS DE ATÉ 30 DIAS
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	48,7%	46,1%	31,6%	44,5%
<b>Pesqueira (PE)</b>	71,1%	59,8%	31,5%	74,2%
<b>Santarém (PA)</b>	68,1%	54,2%	37,3%	55,2%

Fonte: Observa (2022)

- A vacina **BCG** protege as crianças da tuberculose e deve ser tomada em dose única, após o nascimento. O município de São Gabriel da Cachoeira (AM) apresenta cobertura menor que 50%.
- A vacina **Penta** “garante a proteção contra a difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e contra a bactéria haemophilus influenza tipo b, responsável por infecções no nariz, meninge e na garganta. [...] Desde 2012, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde, oferta a vacina pentavalente na rotina do Calendário Nacional de Vacinação. As crianças devem tomar três doses da vacina: aos

2, aos 4 e aos 6 meses de vida”.<sup>1</sup> Em relação a sua cobertura, os municípios de Pesqueira (PE) e Santarém (PA) ultrapassaram os 50% de cobertura.

- A vacina **Primeira dose da tríplice** volta-se ao combate do sarampo, caxumba e rubéola. A sua administração é feita a partir dos 12 meses de idade. Quanto a sua cobertura, dados do OBSERVA (2021), demonstram que os três municípios aqui analisados não garantiram essa dose vacinal a 50% das suas crianças.
- A vacina **hepatite B em crianças de até 30 dias** deve ser administrada via intramuscular, na região da coxa, por um profissional de saúde. 1º dose: primeiras 12 horas de vida; 2º dose: 1º mês de idade; 3º dose: 6 meses de idade. O município de São Gabriel da Cachoeira (AM) não alcançou 50% de cobertura vacinal contra a hepatite B. Pesqueira (PE) apresentou o melhor percentual de cobertura com 74,2%.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/pentavalente>. Acesso em: 20/10/2021.



Tabela 28 - Proporção de crianças com menos de cinco anos que apresentaram altura e peso menores e peso maior esperado para a idade

TERRITORIALIDADES	Crianças com menos de cinco anos apresentaram altura menor do que a esperada para a idade		Crianças com menos de cinco anos apresentaram peso menor do que o esperado para a idade		Crianças com menos de cinco anos apresentaram peso maior do que o esperado para a idade	
	N	% crianças desta faixa etária acompanhadas pelo SISVAN	N	Crianças desta faixa etária acompanhadas pelo SISVAN	N	Crianças desta faixa etária acompanhadas pelo SISVAN
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	585	26,2%	110	4,9%	322	14,4%
<b>Pesqueira (PE)</b>	737	35,5%	243	11,7%	589	28,4%
<b>Santarém (PA)</b>	1.440	13%	492	4,4%	1.427	12,9%

Fonte: Observa (2022)

Tabela 29 - Proporção de Óbitos na infância e Mortalidade materna

TERRITORIALIDADES	2019	
	Óbito na Infância	Óbito Materno
<b>São Gabriel da Cachoeira (AM)</b>	42	3
<b>Pesqueira (PE)</b>	14	0
<b>Santarém (PA)</b>	141	11

Fonte: Observa (2022)

Em 2019, bem como demonstra a tabela supracitada, o município que apresentou o maior número de óbitos na infância foi Santarém (PA), seguido de São Gabriel da Cachoeira (AM) e Pesqueira (PE). Destaca-se o município de Pesqueira (PE) que não notificou nenhum óbito Materno, diferentemente de São Gabriel da Cachoeira (AM) e Santarém (PA) que notificaram três e onze óbitos, respectivamente.

O enfrentamento a essa realidade, faz-se por meio de um acompanhamento pré-natal capaz de prevenir ou detectar precocemente doenças maternas e fetais, principalmente, nos três primeiros meses de gestação. A média de acompanhamento pré-natal nos três municípios em análise é de aproximadamente 55%. O município de Pesqueira (PE) apresenta índice superior a 70%.

## 10. SISTEMATIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

### 10.1. GESTANTES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O perfil da gestante entrevistada é do sexo feminino, encontrando-se no 3º trimestre de sua primeira gestação. Informou não morar em terras indígenas, mas integra a etnia Xucuru do Ororubá. Residente no município de Pesqueira, estado de Pernambuco.

Teve acesso ao Programa Criança Feliz, através de um convite por parte de um visitador em sua residência. No ano de 2021, sua família recebeu benefício eventual correspondente a um auxílio enxoval. Informou que esse benefício foi muito importante para ela [gestante] e sua família.

Sobre a sua relação com os profissionais do Programa Criança Feliz, a gestante entrevistada informou que as pessoas são atenciosas. Com o visitador, duração dos encontros e conteúdos das visitas, a entrevistada relatou muita satisfação.

Em relação às possibilidades de ter acesso a serviços e de cuidar da sua família, a entrevistada informou que está muito satisfeita. A presença de benefícios, utilidade das informações repassadas e melhoria das relações familiares propiciadas pelo PCF causam satisfação à entrevistada.

Quanto aos possíveis fatores que são motivos de maior insatisfação e a frequência que eles ocorrem, a entrevistada informou que o horário da visita é conveniente e a forma de cuidar da criança não é imposta. Não se sente desrespeitada em relação a sua religião e sua cultura indígena. Informou inexistência de problema ou falta de comunicação com algum membro da família. Acrescentou ainda, a inexistência de agressividade na forma de lidar com a criança ou cuidadores.

Sobre a condição de estar sendo acompanhada pelo PCF, a entrevistada informou que tal acompanhamento trouxe mais responsabilidades dela para com a sua família, principalmente, em relação ao cuidado com a alimentação e higiene das crianças.

Quanto à existência de serviços públicos na sua cidade, a gestante informou existir creche e escolas de ensino infantil (I e II), ensino médio, Escola Técnica e Universidade, em se tratando de educação. No trato a saúde, informou acerca da existência de Unidade Básica de Saúde, UPA e hospital. No território, a Política de Assistência Social se materializa por meio do CRAS e CREAS. Outros serviços públicos apontados foram: sede de Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia e Centro Cultural e/ou Esportivo.

Quanto ao uso ou não dos serviços públicos acima apontados, a gestante informou que ela e sua família já fizeram uso de Escola de Ensino Fundamental I, II e Médio; Programa/Estratégia de Saúde da Família e Hospital; por fim, Delegacia de polícia. Não fez uso de Escola Técnica, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – (CREAS), Universidade e Serviço do conselho tutelar, Centro Cultural e/ou Esportivo e Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Utiliza com frequência: Unidade Básica de Saúde e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Em relação aos serviços de Assistência Social listados no formulário, a entrevistada relatou ter usufruído apenas do Serviço de Orientação para concessão de benefícios, qualificando-o como satisfatório. Quando indagada sobre se a mesma ou alguém da família participa ou já participou de algum serviço, programa social ou cursos profissionalizantes por indicação do Programa Criança Feliz, a entrevistada respondeu que nunca.

No trato a atenção obtida pelo PCF às necessidades de sua família, a entrevistada avaliou como positiva. Na relação de apoio mútuo entre os membros de sua família, a entrevistada expôs que a sua família sempre se faz presente para ajudar nas suas necessidades, principalmente, quanto ao acesso a serviços e cuidados de saúde, acompanhamento às consultas médicas e exames, passeios/lazer/esportes, apoio e orientação e, por fim, sono. Os afazeres domésticos, higiene e alimentação são realizados pela própria gestante sem apoio de familiares.

Pensando nos sentimentos da vida em família, a gestante declarou que a convivência, confiança e apoio em família são fundamentais. Concordou mais ou menos ao se referir sobre a divisão equilibrada das responsabilidades entre os membros e de ter planos em comum. Declarou sentir satisfação, orgulho e reconhecer as boas qualidades para com sua família.

Os momentos em que as pessoas que moram na sua casa se encontram mais, segundo a entrevistada, é no período da noite, todos os dias da semana, incluindo feriados, datas comemorativas e ocasionalmente. O tempo que passa com sua família é considerado por ela suficiente. Ouvir música, cantar e dançar, comemorar aniversários da família, parentes e amigos, cozinhar, comer e beber, jogar cartas, jogos de mesa, brincar com as crianças, assistir TV e/ou filme, conversar e fazer fofoca propiciam esses encontros.

Depois do Programa Criança Feliz, a entrevistada informou que a sua situação familiar melhorou, assim como as condições de educação e de lazer, além do entendimento de como cuidar dos filhos.

Em se tratando do conteúdo das visitas domiciliares, tudo está de acordo com a cultura indígena, a entrevistada declarou que: usa linguagem indígena, estimula o contato com o meio ambiente, utiliza contos e brincadeiras indígenas e, por fim, escuta e acolhe as crenças indígenas. Como sugestão, a gestante sugeriu “Trabalhar mais o artesanato indígena” como forma de melhorar os conteúdos das visitas domiciliares para ficar de acordo com a cultura indígena.

Sobre a opinião quanto ao que o PCF poderia ter proporcionado a sua família e não proporcionou, ou seja, uma expectativa não cumprida, até o momento, todas as expectativas em relação ao PCF foram atendidas, segundo a gestante entrevistada.

## 10.2. MÃE, PAI OU CUIDADORES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

A respondente deste Formulário era do sexo feminino, cuidadora principal e mãe da criança beneficiária do Programa Criança Feliz. A família não mora em terras indígenas, sendo pertencente à etnia Xucuru do Ororubá, localizada no município de Pesqueira - PE.

Teve acesso ao Programa Criança Feliz, através de um convite por parte de um visitador em sua residência. No ano de 2021, sua família não recebeu benefício eventual.

Sobre a sua relação com os profissionais do Programa Criança Feliz, a respondente informou que as pessoas são atenciosas. Em relação ao visitador, a entrevistada relatou muita satisfação com a duração dos encontros e conteúdos abordados durante as visitas.

Em relação às possibilidades de ter acesso a serviços e de cuidar da sua família, a entrevistada informou que está muito satisfeita. A presença de benefícios, utilidade das informações repassadas e melhoria das relações familiares propiciadas pelo PCF causam satisfação à entrevistada.

Quanto a possíveis fatores que são motivos de maior insatisfação e a frequência que eles ocorrem, a entrevistada informou que o horário da visita é conveniente e a forma de cuidar da criança não é imposta pelo visitador. Não se sente desrespeitada em relação a sua religião e sua cultura indígena. Informou inexistência de problema ou falta de comunicação com algum membro da família. Acrescentou ainda, a inexistência de agressividade na forma de lidar com a criança ou cuidadores por parte do visitador e que não considera o conteúdo incompleto ou pouco importante.

Sobre a condição de estar sendo acompanhada pelo PCF, a entrevistada informou que tal acompanhamento trouxe mais responsabilidades dela para com a sua família, principalmente, em relação ao cuidado com a saúde e higiene das crianças.

Quanto à existência de serviços públicos na sua cidade, a entrevistada informou existir na sua cidade creche e escolas de ensino infantil (I e II), ensino médio, Escola

Técnica e Universidade, em se tratando de educação. No trato a saúde, informou acerca da existência de Unidade Básica de Saúde, UPA e hospital. No território, a Política de Assistência Social se materializa por meio do CRAS e CREAS. Outros serviços públicos apontados foram: sede de Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia e Centro Cultural e/ou Esportivo.

Quanto ao uso ou não dos serviços públicos acima apontados, a entrevistada informou que ela e sua família fazem uso do Programa/Estratégia de Saúde da Família, do Hospital e do CRAS. No que se refere a equipamentos já utilizados, apontou os seguintes: Escola de Ensino Fundamental I e II, Médio e na área da saúde Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Por fim, em relação aos equipamentos que nunca fez uso: Delegacia de Polícia, Escola Técnica, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – (CREAS), Universidade e Serviço do conselho tutelar, Centro Cultural e/ou Esportivo.

Quando indagada sobre sua participação em algum serviço, programa social ou cursos profissionalizantes, por indicação do Programa Criança Feliz, a entrevistada respondeu que ela, ou qualquer outra pessoa da família, nunca haviam participado.

Em relação aos serviços de Assistência Social listados no formulário, a entrevistada relatou ter usufruído apenas do Serviço de Orientação para concessão de benefícios, qualificando-o como satisfatório. Justificou a não utilização dos serviços de Assistência Social disponíveis, por uma questão de incompatibilidade dos horários de funcionamento desses serviços com seus horários de trabalho.

No trato a atenção obtida pelo PCF às necessidades de sua família, a entrevistada avaliou como positiva. Na relação de apoio mútuo entre os membros de sua família, a entrevistada, expôs que o esposo trabalha durante o dia e, à noite, divide as tarefas de cuidar da criança, assumindo majoritariamente os cuidados com as crianças menores de 6 anos sozinha, como higiene e alimentação, acesso a serviços e cuidados com a saúde, passeios/lazer/esportes, brincadeiras e por fim, o sono das crianças.

Pensando nos sentimentos da vida em família, a respondente declarou que a convivência, confiança e apoio em família são fundamentais. Concordou mais ou menos



ao se referir sobre a divisão equilibrada das responsabilidades entre os membros e de ter planos em comum. Declarou satisfação, orgulho e boas qualidades para com sua família.

O momento de mais encontros, entre os moradores da casa, segundo a entrevistada, é no período da manhã, todos os dias da semana. Em outras situações, a família reúne-se ocasionalmente. O tempo que passa com sua família é considerado por ela suficiente. Ouvir música, cantar e dançar, comemorar aniversários da família, parentes e amigos, cozinhar, comer e beber, jogar cartas, jogos de mesa, brincar com as crianças, assistir à TV e/ou filme, conversar e fazer fofoca são as atividades que mais propiciam esses encontros.

Em relação à atividade de passeio/divertimento que seus filhos têm mais entusiasmo de fazer, a entrevistada respondeu as seguintes opções: Ir às festas, brincar em casa, ir à piscina, visitar algum parente, passear pelo centro/campo, ir à praia e à praça.

Depois do Programa Criança Feliz, a entrevistada informou que a sua situação familiar melhorou, assim como as condições de autoestima, educação, além do entendimento de como cuidar dos filhos e a possibilidade de projetar o futuro.

Em se tratando do conteúdo das visitas domiciliares está de acordo com a cultura indígena, a entrevistada declarou que: Fortalece os costumes e crenças, escuta e acolhe nossas crenças. Ao perguntar sobre em que o PCF pode melhorar nos conteúdos das visitas domiciliares para ficar de acordo com a cultura indígena, a entrevistada respondeu: “Trabalhar atividades voltadas para as atividades indígenas”, mas que até o momento o PCF atendeu todas as necessidades.

### **10.3. SUPERVISORES/VISITADORES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**

Os dados abaixo referenciados são resultados dos formulários aplicados com supervisoras (es) e visitadoras (es) do Programa Criança Feliz, nos municípios já mencionados. Os referidos dados foram consolidados conjuntamente, tendo em vista que se tratam de profissionais atuantes na ponta do Programa, no acompanhamento direto às famílias e, por este motivo, responderam formulários de conteúdo idêntico, com o objetivo de obter informações e ilustrar as experiências nos atendimentos e assistências a beneficiárias gestantes e crianças indígenas, para avaliar a necessidade de formação e os desafios encontrados pelas(os) visitadoras(es), supervisoras (es) na prestação desse serviço, conforme descritos nas análises a seguir.

No tocante ao **sexo** dos respondentes, duas dos três supervisores/visitadores são do sexo feminino e um do sexo masculino. Acerca de suas **identidades como indígenas ou não indígenas**, um dos três entrevistados se declarou como indígena, da etnia *Xucuru do Ororubá*.

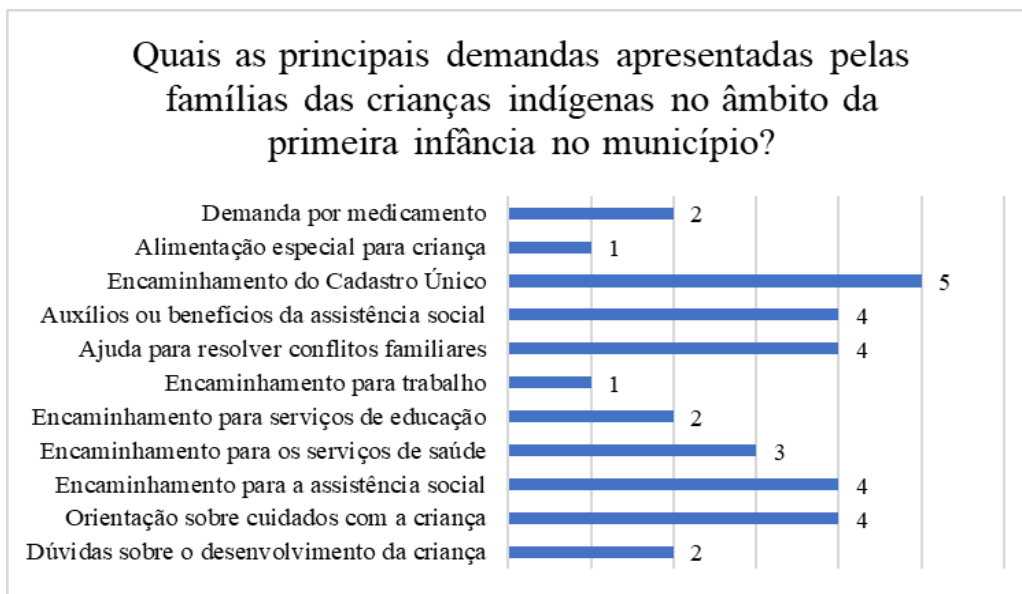
Em se tratando do **período no qual o(a) supervisor/visitador(a) atua no Programa Criança Feliz**, dois responderam que atuam a mais de três anos e um respondeu que iniciou a sua experiência há menos de seis meses. No quesito referente à **formação profissional**, dois informaram que possuem formação em Serviço Social.

No que diz respeito ao **município de atuação dos sujeitos da pesquisa**: dois deles são de Pesqueira, no estado de Pernambuco e um deles é do município de Santarém, no Pará.

Um outro dado relevante a ser mencionado, é sobre a **participação desses sujeitos em capacitações sobre o Programa Criança Feliz ofertadas pelos municípios**, todos afirmaram já ter participado de formações, contudo nenhuma delas abordou o trabalho com os povos indígenas e todos consideraram importante que sejam ofertadas capacitações sobre esta temática.

O **Gráfico 01** abre a seção acerca dos atendimentos à população indígena por parte dos municípios público-alvo desta pesquisa. Com foco na Primeira Infância, o quesito acima ilustrado indagou sobre as principais demandas apresentadas pelas famílias das crianças indígenas no município.

Gráfico 1 - Principais demandas apresentadas pelas famílias das crianças indígenas no âmbito da primeira infância no município



Fonte: Primária (2022)

Como se pode ver no **Gráfico 01**, as demandas apresentadas em maior número são referentes aos Encaminhamentos do Cadastro Único, seguidas por: Auxílios ou benefícios da Política de Assistência Social, Ajuda para resolver conflitos familiares, Ajuda para resolver conflitos familiares, Encaminhamento para a Assistência Social, Orientação sobre cuidados com a criança e Encaminhamento para os serviços de saúde. Em menor proporção estão: demanda por medicamento, Encaminhamento para serviços de educação e dúvidas sobre o desenvolvimento da criança. Não foram mencionadas Demandas sobre alimentação especial para criança.

Ao serem questionados sobre os encaminhamentos das demandas mencionadas, os sujeitos responderam que as mesmas foram atendidas. Destacam-se as respostas a seguir sobre os encaminhamentos dados:

*"Sempre é dada a informação e quando necessário a família é orientada a procurar o serviço que necessita. E em relação aos cuidados com a criança, a equipe tenta sanar todas as dúvidas e acompanhar para que sejam realizadas de forma adequada".*

*"Direcionamento para as UBS onde tem os profissionais da saúde"*

*"Unidades de saúde de baixa e média complexidade, atuação da equipe técnica da Assistência para resolução de conflitos, encaminhamento para CRAS ou CAS da cidade a depender de cada situação".*

A avaliação dos supervisores/visitadores no tocante à relação com as gestantes, pais ou cuidadores das crianças assistidas pelo PCF, apresentou-se no geral como relações positivas, expressas por duas respostas que afirmaram ser "ótima" e uma afirmou ser "boa".

Ao serem perguntados sobre as principais experiências positivas no atendimento e assistência a beneficiárias gestantes e crianças indígenas, destacam-se as seguintes respostas:

*"A Confiança adquirida na relação PCF/família"*

*"A satisfação em ver uma demanda sendo cumprida através do P.C.F é através da rede de políticas públicas da cidade."*

*"As famílias se mostram empenhadas a aprender e executar as atividades e orientações propostas pela equipe do programa"*

Os participantes foram perguntados ainda sobre os principais desafios enfrentados para operacionalizar o atendimento e assistência a beneficiárias gestantes e crianças indígenas beneficiárias do PCF em seus municípios. Destacam-se as respostas a seguir:

*"O idioma"*

*"Transporte para locomoção"*

*"A meta de 400 famílias ofertadas ao município é insuficiente para atender a população indígena principalmente os que se encontram aldeados".*

*"O município não possui um transporte exclusivo para o Programa, o que acaba dificultando um pouco a realização das visitas".*

Ainda no que se refere à avaliação acerca das relações estabelecidas com as gestantes, pais ou cuidadores das crianças atendidas pelo PCF, os respondentes afirmaram que se sentem seguros e avaliam que as informações, transmitidas por eles, são apreendidas de forma clara pela população atendida. Não foram assinaladas as opções "Se sente discriminado" e "As pessoas são atenciosas".

Os supervisores e visitantes responderam também questões acerca dos serviços públicos disponíveis nos municípios participantes da pesquisa, que em sua totalidade afirmaram a existência de serviços das Políticas de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura/Esporto e Segurança Pública, sendo eles: Creches; Escolas Infantis; Escolas do Ensino Fundamental I e II; Universidades; Escolas Técnicas; Unidades Básicas de Saúde; Hospitais; Unidades de Pronto Atendimento - UPA; Programa/Estratégia de Saúde da Família; Centros de Referência de Assistência Social - CRAS; Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; Conselhos Tutelares; Centros Culturais e/ou Esportivos; Delegacias de Polícia.

Foi perguntado ainda se já haviam sido realizados encaminhamentos para os serviços acima citados, para as famílias acompanhadas pelo PCF, apenas os serviços de universidades, escolas técnicas e delegacias de polícia não foram assinalados.

Sobre os serviços públicos disponíveis nos municípios participantes da pesquisa, específicos de atenção às gestantes e crianças indígenas, dois sujeitos da pesquisa apontaram que existem serviços de saúde específicos em seus municípios e um

respondeu não existir nenhum serviço de saúde específico para esse segmento populacional.

No que se refere aos desafios enfrentados para o atendimento de atenção primária para as gestantes e crianças indígenas, destacam-se as respostas a seguir:

*"O município é bem atendido em relação a saúde pois a área é coberta pelo DSEI"*

*"Locomoção para o atendimento na área rural"*

*"A compreensão sobre a importância do PCF e do autocuidado gestacional".*

Ainda referente ao acesso aos serviços da Política de Saúde, no quesito atenção às gestantes indígenas, foi perguntado se as gestantes indígenas acompanhadas pelo PCF nos municípios têm dificuldade para acesso ao pré-natal, todos responderam que **não há dificuldades** e afirmaram ainda que os municípios nos quais atuam, realizam busca ativa e estímulos ao acompanhamento pré-natal para as gestantes indígenas do PCF. Destaca-se a fala abaixo:

*"Realização de Campanhas de estímulos através de palestras e redes sociais, orientações por parte dos visitantes no domicílio etc".*

No que se refere aos **serviços da Política de Educação específicos** para as crianças indígenas nos municípios, dois participantes declararam não existir os referidos serviços e um participante afirmou a existência do serviço em seu município.

Ao serem perguntados sobre os principais **desafios no âmbito dos serviços de educação** direcionados às crianças indígenas, os supervisores e visitantes responderam da seguinte forma:

*"Realizar busca ativa em toda área indígena, por ser uma área muito extensa"*

*"Visivelmente não há"*

*"A adaptação do modelo educacional formal para a realidade cultural indígena"*

Foram perguntadas ainda as **principais experiências exitosas realizadas com gestantes e crianças indígenas realizadas em conjunto com os serviços da Política de Assistência Social disponíveis em seus municípios de atuação**. Foram citadas as experiências abaixo listadas:

*"O fortalecimento de vínculos e o cuidado dos pais e /ou cuidadores em relação às suas crianças".*

*"Encontros com palestras do grupo de gestantes do PCF no CRAS"*

*"Os grupos de convivência ofertados pelos CRAS do município"*

Todos os supervisores e visitantes afirmaram ainda que as demandas oriundas dos atendimentos e acompanhamentos com gestantes e crianças indígenas que são encaminhadas para os CRAS são resolvidas com agilidade.

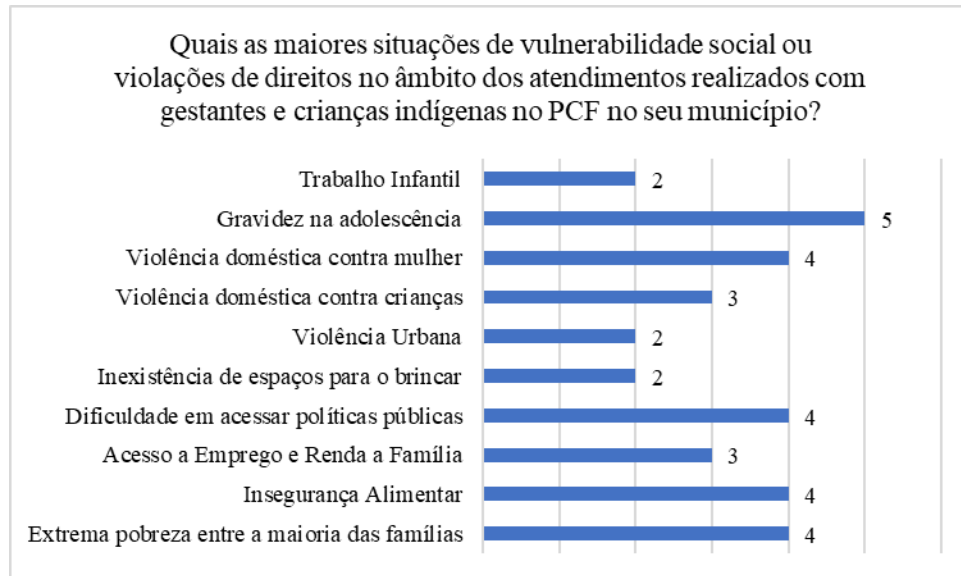
No tocante a **existência de Contrarreferência entre os serviços da Política de Assistência Social e o PCF**, dos três entrevistados, dois afirmaram que não existe e um afirmou que existe a contrarreferência entre os serviços citados. Nesse contexto, dois dos três entrevistados afirmaram que existem **demandas de crianças indígenas a serem incluídas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) voltado para a primeira infância**, em seus municípios.

Acerca da **frequência em que ocorrem demandas de gestantes e crianças indígenas por benefícios eventuais**, por meio da Política de Assistência Social, dois entrevistados assinalaram a opção "às vezes" e que a alternativa "frequentemente" foi assinalada por apenas um dos entrevistados. Quanto as alternativas "raramente" e "nunca", não foram assinaladas.

Sobre a **intervenção do Conselho Tutelar no que se refere às demandas às gestantes e crianças indígenas**, à luz dos supervisores e visitantes entrevistados. Dois dos três entrevistados afirmaram não haver reivindicações que demandasse a intervenção do referido órgão e um dos entrevistados afirmou que sim.



Gráfico 2 - Maiores situações de vulnerabilidade social ou violações de direitos no âmbito dos atendimentos realizados com gestantes e crianças indígenas no PCF no seu município



Fonte: Primária (2022)

O **Gráfico 02** encerra as entrevistas com supervisores e técnicos e reúne as maiores situações de vulnerabilidade social ou violações de direitos no âmbito dos atendimentos realizados com gestantes e crianças indígenas no PCF nos municípios participantes da pesquisa.

Como se pode observar no referido gráfico, a Gravidez na adolescência aparece com maior incidência, seguida por Violência doméstica contra mulher, Dificuldade em acessar políticas públicas, Insegurança alimentar e Extrema pobreza entre a maioria das famílias. Foram assinaladas ainda em menor frequência, as seguintes violações: Violência doméstica contra crianças, Acesso a Emprego e Renda a Família, Trabalho Infantil, Violência urbana e Inexistência de espaços para o brincar.

#### 10.4. GESTORAS (ES) MUNICIPAIS

Também foram elaboradas e encaminhadas entrevistas para os/as gestores/as municipais de assistência social e o preenchimento foi realizado pelos assessores desses gestores.

As informações a serem coletadas visam compreender a experiência no atendimento e assistência a beneficiárias gestantes e crianças indígenas, para avaliar a necessidade de formação e os desafios encontrados pelos/as gestores/as. Os sujeitos da pesquisa são oriundos do município de Pesqueira, no estado de Pernambuco e um deles é do município de Santarém, no Pará.

No que diz respeito ao **sexo dos/as entrevistados/as**, um respondente é do sexo feminino e um do sexo masculino. Outro questionamento realizado diz respeito à **origem de etnia indígena**, dos entrevistados, e ambos se declaram não indígenas.

Os respondentes afirmaram que os usuários atendidos pelo PCF, nos seus respectivos municípios, **residem** tanto em terras indígenas, como também há usuários que não são aldeados, ou seja, moram na zona urbana e estão sendo acompanhados pelo Programa Criança Feliz.

Quanto aos **representantes da gestão municipal da Política de Assistência Social**, ambos afirmaram que já participaram de capacitações sobre o Programa Criança Feliz. Também foi questionado se nessas capacitações foram repassadas informações sobre como deve ser a atuação das equipes do Programa Criança Feliz no atendimento e acompanhamento das famílias indígenas. Como resposta, 50% obtiveram informações sobre como atuar com populações indígenas e 50% não foram capacitados acerca da atuação com populações indígenas.

Sobre o questionamento acerca da **necessidade de capacitação sobre atuação com povos indígenas por parte do PCF**, 50% dos respondentes afirmaram que sim, é necessário haver capacitação sobre esse tema e 50% alegaram que não se faz necessário ocorrer capacitação sobre a atuação com populações indígenas.

Com o objetivo de compreender acerca do cenário municipal da Primeira Infância nos municípios respondentes, foi questionado sobre o **conhecimento acerca do Marco Legal da Primeira Infância**, 50% responderam que têm conhecimento sobre o tema e 50% afirmaram não conhecer o Marco Legal da Primeira Infância.

Ambos os respondentes afirmaram que nos seus respectivos municípios, não existem o **Plano Municipal da Primeira Infância, nem a Lei Municipal da Primeira Infância**. Apenas um respondente afirmou haver o **Comitê Gestor Municipal do Programa Criança Feliz**, o outro respondente disse que não há Comitê Gestor Municipal do PCF em seu município.

O respondente que afirmou haver Comitê Gestor Municipal do Programa Criança Feliz, também assegurou que o ato regulamentador do referido Comitê ocorreu via Decreto Municipal.

O respondente que afirmou haver Comitê Gestor do PCF no seu município, declarou, em outro questionamento na entrevista, que não há órgão e/ou instituição que **representa a pauta dos povos indígenas neste referido Comitê**.

Também foi questionado se o município possuía o/a **Coordenador/a do Programa Criança Feliz**, além do/s supervisor/es, ambos os respondentes informaram que sim, há o/a coordenador/a do PCF nos municípios entrevistados.

Na entrevista foi questionado acerca do **quantitativo de visitantes/as do Programa Criança Feliz** nos respectivos municípios, o respondente do município de Pesqueira (PE) afirmou haver 18 visitantes/as e o de Santarém informou que são 60 visitantes/as do PCF neste município.

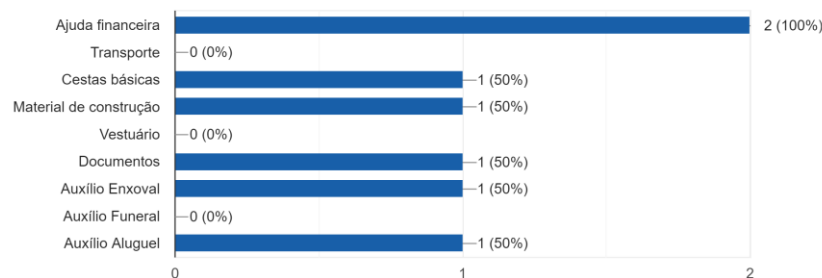
Quanto a **organização dos visitantes no território para o atendimento e acompanhamento das famílias beneficiárias do PCF**, um respondente informou que os/as visitantes/as se concentram apenas na zona urbana e o outro respondente afirmou que no seu município os/as visitantes/as se organizam tanto na zona urbana, como na zona rural para atender as demandas das famílias atendidas e acompanhadas pelo Programa Criança Feliz.

Ao ser questionados acerca da **localização da maioria das gestantes e crianças indígenas nos municípios** entrevistados, ambos os respondentes afirmaram que a maioria do referido público reside na zona urbana.

O **Gráfico 3** expõe as principais **demandas que são apresentadas à gestão pelos visitantes** oriundos das famílias das crianças indígenas no âmbito da primeira infância no município.

**Gráfico 3 - Principais demandas apresentadas à gestão pelos visitantes oriundos das famílias das crianças indígenas no âmbito da primeira infância no município**

Quais as principais demandas apresentadas a gestão pelos visitantes oriundos das famílias das crianças indígenas no âmbito da primeira infância no município?  
2 respostas



Fonte: Primária (2022)

Ambos os respondentes afirmaram que as famílias indígenas atendidas e acompanhadas pelo PCF solicitam ajuda financeira. Um respondente explicou que as famílias indígenas atendidas e acompanhadas pelo PCF demandam também cestas básicas, material de construção, auxílio enxoval, auxílio aluguel. O outro respondente informou que além da ajuda financeira, as famílias indígenas atendidas e acompanhadas pelo PCF apresentam demandas relacionadas à documentação.

Sobre quais encaminhamentos são dadas as demandas apresentadas pelas famílias indígenas atendidas e acompanhadas pelo PCF, o respondente afirmou que as famílias indígenas atendidas e acompanhadas pelo PCF demandam de ajuda financeira, cestas básicas, material de construção, auxílio enxoval, auxílio aluguel, e complementou dizendo que todas essas demandas são encaminhadas para o CRAS.

Já o respondente que informou que as famílias indígenas atendidas e acompanhadas pelo PCF, solicitam ajuda financeira e apoio com a documentação, são realizados encaminhamentos para o Cadastro único (Programas Sociais), para o SISCONARE, a Polícia Federal, a Receita Federal, Sistema de tramitação de processo de refúgio no Brasil e Secretaria Municipal de Saúde.

Ambos os respondentes afirmaram que todas as demandas supracitadas são atendidas pelos órgãos que são referenciados os encaminhamentos acima descritos.

Foi questionado sobre as principais experiências positivas no atendimento e assistência a gestantes e crianças indígenas, os respondentes apresentaram seguintes respostas:

*“Promover o atendimento as minorias são sempre muito satisfatório, essa garantia de direitos”.*

*“Fortalecimento de vínculos familiares”.*

Também foi perguntado sobre os principais desafios enfrentados para operacionalizar o atendimento e assistência as crianças indígenas beneficiárias do PCF nos municípios entrevistados, os respondentes afirmaram a seguintes questões:

*“Distância e alguma vezes transporte e a falta uma equipe maior”.*

*“Comunicação e compreensão sobre o PCF”*

Ambos os respondentes afirmaram não encontrarem desafios para operacionalizar o recurso do PCF nos seus municípios. Eles também responderam que seus municípios contam com uma rede intersetorial de promoção e proteção à criança.

Ambos os respondentes também informaram não receber apoio da Gestão Estadual para operacionalizar o Programa Criança Feliz dos seus municípios. Também os respondentes disseram que seu município possui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituído e em pleno funcionamento.

O respondente do município de Pesqueira afirmou que a Lei que regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é a Lei Municipal N° 135.

O respondente do município de Santarém informou que a Lei Nº 19.862, de 15 de setembro de 2015 regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Santarém.

Em relação às informações acerca da existência de Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), 50% dos respondentes afirmaram que o município possui o FIA instituído e em pleno funcionamento. Os outros 50% responderam que o Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) não se encontra instituído e em pleno funcionamento no seu município.

O respondente que afirmou que havia Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) instituído e em pleno funcionamento, apresentou ainda o número da Lei Municipal Nº 19.862, de 15 de setembro de 2015 que institui o referido Fundo, conforme pergunta realizada na entrevista.

A última pergunta da entrevista se referia se no município tem conselho tutelar atuante e ambos os respondentes afirmaram que sim, que o/s Conselho/s Tutelar/es nos seus municípios são atuantes.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os formulários respondidos, observou-se semelhanças entre as respostas dadas pelos usuários “gestantes” e “mães, pais e cuidadores”. Ambas demonstraram haver uma relação de respeito mútuo entre elas e as (os) profissionais integrantes da equipe do Programa Criança Feliz e que as visitas acontecem de forma satisfatória, com uma boa direção para os cuidados com as crianças respeitando a cultura e os costumes dos povos indígenas. As respostas também sinalizam o acesso aos serviços públicos e o atendimento às demandas colocadas aos PCF pelas famílias.

Assim, é perceptível que as equipes do Programa Criança Feliz dos municípios que participaram das entrevistas e já ofertam o PCF para as famílias indígenas, compreendem a importância da valorização e do respeito às histórias de vidas, identidades, costumes e valores dos povos indígenas.

No que diz respeito aos questionários respondidos pelos (as) supervisores (as) e visitantes (as), destacamos que dentre os desafios apontados por esses profissionais, está o uso da linguagem dos povos indígenas e a necessidade de capacitação em torno do trabalho social com a população indígena.

Contudo, de um modo geral, foi demonstrado que existe uma boa relação entre os profissionais e as famílias atendidas, o que aliado com a disponibilidade de serviços públicos para o atendimento das demandas necessárias, corrobora para bons resultados e alcance dos objetivos do Programa Criança Feliz, de modo a fortalecer as famílias atendidas e um melhor desenvolvimento e proteção das crianças indígenas.

Os representantes, da gestão municipal de assistência social dos municípios, participantes das entrevistas mencionaram que as demandas encaminhadas pelas equipes do Programa Criança Feliz são destinadas para os serviços socioassistenciais e aos demais integrantes da rede de proteção social, onde a grande maioria dessas demandas são resolvidas. Também foi informado por esses respondentes que já participaram de capacitações sobre o PCF, mas que ainda é preciso ter cursos específicos para tratar da temática do atendimento e acompanhamento aos povos indígenas.

Os entrevistados, representantes das gestões municipais, mencionaram ainda que os principais desafios enfrentados no atendimento e assistência às crianças indígenas beneficiárias do PCF, nos municípios entrevistados, são questões referentes à compressão sobre a operacionalização do PCF e dificuldades com o acesso ao território de algumas famílias aldeadas, entraves com transportes e a redução no número de integrantes das equipes.

Com isso, reforçamos a importância da promoção de capacitações de maneira permanente e compartilhada para os/as gestores/as municipais e diversos profissionais que atuam e atuarão com os povos indígenas, para assim disseminar informações, orientações sobre as dinâmicas cotidianas, as referências sobre maternidades, paternidades, famílias e cuidados à infância no âmbito do público em questão.



Os respondentes também afirmaram que nos seus respectivos municípios, não existe o Plano Municipal da Primeira Infância, nem a Lei Municipal da Primeira Infância e em um dos municípios respondentes não há Comitê Gestor Municipal do PCF.

Entendemos como crucial a importância de fomentar junto aos municípios brasileiros a necessidade da regularização do Marco Legal da Primeira Infância em âmbito local, como uma forma de promover a garantia às crianças do direito de brincar, a qualificação de profissionais de acordo com as especificidades da primeira infância e sobretudo para que seja respaldado a obrigatoriedade na implantação e implementação de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos na primeira infância.

Reiteramos que os dados acima resultantes das entrevistas aplicadas com os municípios participantes da Oficina de validação do "*Manual de orientação do Programa Criança Feliz: Caminhos para construção de abordagens à gestantes e crianças indígenas*", não almejam um diagnóstico acerca do tema estudado, mas sim, se constituem de forma a ilustrar parte dessa totalidade de modo a nos oportunizar mais uma possibilidade de aproximação com a realidade de mulheres gestantes e crianças indígenas e a sua interlocução com o Programa Criança Feliz.

## REFERÊNCIAS

Brasil. Constituição Federal. ed. 32ª. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, 1993, alterada pela lei 12.435/2011).

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.257/2016, Marco Legal da Primeira Infância, 2016:

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.869/2016 – Programa criança Feliz.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social - Resoluções nº 19 e nº 20/2016, que dispõem sobre a participação do SUAS no Programa Criança Feliz.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/Suas). Brasília: MDS, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas Sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Vol. 2- Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Concepção de convivência e Fortalecimento de Vínculos, Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. ACESSUAS trabalho: orientações técnicas. Programa Nacional de Promoção do Acesso do Mundo do Trabalho. Brasília, DF: MDSA, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Participação do SUAS no Programa Criança Feliz. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social. Programa Criança Feliz e a intersetorialidade na Visita Domiciliar. Brasília, 2017

COUTO, B. R. [et al.]. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 3ª edição revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2012.

Sites consultados durante a elaboração desse estudo:

- Atlas Brasil.

Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>

- IBGE, Cidades.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

- Brasil. Tesouro Nacional Transparente.

Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/>

- CIAPI. Centro Brasileiro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância.

Disponível em: <https://ncpi.org.br/>

- Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/>

- Fundação ABRINQ. Observatório da Criança e do Adolescente.

Disponível em: <https://www.fadc.org.br/>

- IDSC-BR. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil.

Disponível em: <https://www.sustainabledevelopment.report/reports/indice-de-desenvolvimento-sustentavel-das-cidades-brasil/>

- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>

- Ministério da Cidadania. Relatório de Informações Sociais (SAGI).

Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>